

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAOLA BIANCHI BARELLI

A ATIVIDADE ARTÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR NO  
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO A PARTIR DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

CURITIBA

2014

PAOLA BIANCHI BARELLI



A ATIVIDADE ARTÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR NO  
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO A PARTIR DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico: a relação entre Escola Pública e Educação Popular, no Setor de Educação/DEPLAE da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rose Meri Trojan

CURITIBA

2014

Dedico ao meu grande amor que sempre  
esteve ao meu lado e não me deixou  
desistir dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por ser onisciente, onipresente e onipotente, sustentando-me em todos os momentos, dando a força de que precisava para enfrentar as dificuldades e realizar esta conquista.

A minha imensa gratidão ao meu grande amor, Fabrício, que me incentivou a continuar mesmo nos dias mais cansados, acompanhando-me nos dias longos de estudo. Agradeço por deixar meus dias mais coloridos e sorridentes, por ter paciência na exaustão, por me transmitir a tranquilidade necessária e por vibrar com cada conquista minha.

Aos meus familiares a sincera gratidão pelo apoio e incentivo, que com gestos e palavras estiveram presentes, mesmo que em pensamento, em mais essa etapa.

Às minhas queridas Rosana e Deise que, de forma específica, deixaram tudo mais fácil. E à Amanda e Mabel, que deram início a esse resultado.

À orientadora Rose e ao coordenador Gracialino, por serem compreensivos e acreditarem que era possível.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão de mais esta etapa.

Paola Barelli

“[...] o ofício do educador não é outro se  
não o de fazer com que as palavras  
legítimas [...] sejam de fato verdadeiras.”

Carlos Rodrigues Brandão

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre a arte como um instrumento de educação popular no Terceiro Setor. Partindo do entendimento da Arte como conhecimento, busca-se analisar o seu papel como forma de conscientização e suas possibilidades no âmbito da educação das classes populares, mais especificamente em projetos socioeducativos gerenciados pelo Terceiro Setor. A partir de uma abordagem qualitativa, propõe-se como instrumentos metodológicos a análise bibliográfica e documental. O trabalho foi organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo com base em autores como Chauí, Coli e Cortella, para contextualizar a Arte, evidenciando suas concepções e sua função social, econômica e educativa. O segundo capítulo fundamentado em autores como Montañó, Fernandes e Peroni versa sobre o conceito e a função social e econômica do Terceiro Setor. O terceiro capítulo está embasado em autores como Brandão, Gohn e Vale, discorrendo sobre o papel dos projetos socioeducativos e da Educação Popular, evidenciando em que medida estes influenciam no contexto atual. No quarto capítulo é apresentada uma análise em relação às práticas artísticas descritas em dois projetos socioeducativos, a fim de responder aos objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Arte. Terceiro Setor. Educação Popular. Projetos socioeducativos.

## ABSTRACT

This paper presents a research about art as an instrument of popular education in the Third Sector. Based on the understanding of Art as a knowledge, analyses its role as a form of awareness/ consciousness and its possibilities within the working classes education, more specifically in social and educational projects managed by the Third Sector. From a qualitative approach, it is proposed as methodological tools bibliographic and documentary analysis. The study was organized into four chapters. The first one based on authors such as Chauí, Coli e Cortella, to contextualize the Art, showing its concepts and their social, economic and educational function. The second chapter grounded on authors such as Montañó, Fernandes e Peroni is about the concept and the social and economic role of the Third Sector. The third chapter is mostly based on authors like Brandão, Gohn e Vale, discussing the role of social and educational projects and Popular Education, showing to what extent they influence the current context. An analysis is presented in relation to artistic practices described in two social and educational projects in order to meet the objectives proposed in the fourth chapter.

**Key-words:** Art. Third Sector. Popular Education. Social Educational Projects.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 A ARTE</b> .....	<b>12</b>
1.1 CONCEITO E FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE.....	12
1.2 FUNÇÃO EDUCATIVA DA ARTE .....	19
<b>2 O TERCEIRO SETOR</b> .....	<b>24</b>
2.1 CONCEITO DE TERCEIRO SETOR.....	24
2.2 FUNÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO TERCEIRO SETOR.....	26
2.3 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA DO TERCEIRO SETOR .....	28
<b>3 OS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E A EDUCAÇÃO POPULAR</b> .....	<b>30</b>
3.1 EDUCAÇÃO POPULAR .....	30
3.2 OS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS .....	36
<b>4 O PAPEL DA ARTE NOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS</b> .....	<b>39</b>
4.1 A FUNÇÃO DA ARTE NOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS.....	39
4.2 O PAPEL DA ARTE NO PROJETO <i>ARTE, CULTURA E HUMANIZAÇÃO</i> .....	41
4.3 O PAPEL DA ARTE NO PROJETO <i>PALCO DAS LETRAS 2 – EDUCAÇÃO COM ARTE</i> .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista o ensino da Arte como forma de conhecimento, a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Arte (BRASIL, 1997) para as escolas regulares, busca-se analisar o papel da arte como forma de conscientização e suas possibilidades no âmbito educação das classes populares, mais especificamente nos projetos socioeducativos gerenciados pelo Terceiro Setor.

A abordagem desse tema surgiu devido à arte estar presente como atividade dominante nos projetos socioeducativos. Assim, é necessário refletir se a arte pode ser instrumento de conhecimento e conscientização fora do âmbito escolar. De modo geral, a hipótese que se apresenta é a de que as atividades artísticas operam como forma de ajustamento à sociedade, visando à prevenção à violência, construção da identidade, elevação da autoestima e desenvolvimento da criatividade.

Ao refletir e analisar a importância e a dimensão das ações socioeducativas no enfrentamento de diferentes manifestações da questão social brasileira, visa-se encontrar de que maneira o ensino da Arte apresenta-se neste contexto. Dessa forma, pretende-se investigar se o ensino da Arte contribui positivamente ou não, no desenvolvimento pleno do ser humano no ambiente educacional não formal e, também, se pode contribuir positivamente nas atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor.

A postura é a de buscar uma compreensão do papel que as organizações do Terceiro Setor ocupam no contexto capitalista contemporâneo e, concomitantemente, as diferentes formas que a arte pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, a dimensão e o conceito de Arte, de Educação Popular e de Terceiro Setor necessitam ser abrangidos dentro da conjuntura social, econômica, histórica e política, pois é esse conjunto que condiciona o objeto deste estudo no contexto contemporâneo.

A fim de estudar este tema, a metodologia adotada, isto é, os caminhos e procedimentos utilizados para sua realização tem por objetivo, evitar o que Yin (2005) expõe ser um dos maiores problemas nas investigações: a falta de rigor da pesquisa. Nas palavras do autor, a confiabilidade da pesquisa está intimamente

relacionada com a elaboração e execução de procedimentos sistemáticos, além do detalhamento de regras gerais a serem seguidas.

Segundo Lüdke e André (1986, p. 1), “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.” Nesta perspectiva, o papel do pesquisador consiste em estabelecer uma relação entre o conhecimento acumulado e os adquiridos a partir da pesquisa, buscando desenvolver esta prática com neutralidade.

Oliveira (2007) e Lüdke e André (1986), tomando como base a abordagem qualitativa, propõem como instrumentos metodológicos a análise bibliográfica e documental, a partir de um “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Além das pesquisas em fontes científicas reconhecidas, a análise documental realiza-se estabelecendo uma estreita relação com as práticas descritas em dois projetos socioeducativos: “Arte, cultura e humanização” e “Palco das Letras 2 – Educação com Arte”.

Segundo Oliveira (2007), deve estar baseada em referenciais científicos discutidos academicamente, em que são explorados documentos como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Além disso, ainda que não científicos, são utilizados os materiais elaborados pelos responsáveis pelos projetos selecionados, a fim de analisar suas intencionalidades.

Neste panorama, os capítulos que compõem o referencial teórico representaram o primeiro passo em direção à compreensão da problematização, que consiste em compreender como a Arte atua no âmbito social e educativo, relacionando com a função que o Terceiro Setor tem desempenhado na sociedade capitalista. A revisão da literatura abordou a relação entre Arte, Terceiro Setor e Educação Popular, destacando o papel que a Arte pode desempenhar na reprodução ou na transformação social.

O trabalho tem como intencionalidade gerar uma reflexão sobre a Educação Popular e o Terceiro Setor, mas, além disso, sobre a contribuição que a Arte pode trazer no desenvolvimento de projetos não escolares. Diante desses apontamentos, a estruturação do trabalho foi organizada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo inicia com a contextualização do conceito de Arte, e na sequência, estabelece-se a relação entre o conceito e sua função social,

contribuindo para a explicitação da sua função educativa. Os principais autores consultados foram Chauí (2001), Coli (2000), Cortella (2000) e Trojan (2002).

O segundo capítulo fundamenta-se em Montañó (2002), Fernandes (1994) e Peroni (2006) e versará sobre o conceito, função social e econômica do Terceiro Setor no contexto capitalista brasileiro e a ação educativa que ele exerce na sociedade.

O conteúdo do terceiro capítulo está focado no papel dos projetos socioeducativos, discorrendo acerca da importância destes no âmbito da Educação Popular e em que medida os projetos influenciam no contexto atual. É referenciado teoricamente por autores como Brandão (2006), Vale (1992) e Gohn (1999), entre outros autores, que contribuíram com estudos a respeito do tema.

O quarto e último capítulo apresenta um estudo sobre o papel da Arte em projetos socioeducativos, utilizando a análise bibliográfica e documental como instrumentos metodológicos. Além das pesquisas em fontes científicas reconhecidas, realiza-se uma análise em relação às práticas artísticas descritas em dois projetos socioeducativos.

O presente trabalho foi desenvolvido a fim de traçar um panorama da possibilidade do papel do ensino da Arte na Educação Popular, sobretudo relacionando com os aspectos social, econômico e político do Terceiro Setor, no contexto capitalista.

## 1 A ARTE

Para que seja possível compreender a atividade artística nas ações socioeducativas aplicadas pelo Terceiro Setor, na sociedade brasileira, é necessária uma reflexão a propósito de seu conceito e papel, a fim de ponderar sobre sua função social e educativa na sociedade capitalista, tendo em vista ser este o objeto principal do presente estudo.

A trajetória histórica e pedagógica da obrigatoriedade curricular do ensino da Arte, nas escolas, decorre da sua importância social, acadêmica e cultural. Entretanto, não significa que todos os envolvidos nesse processo a concebem da mesma maneira. Em linhas gerais, destaca-se a Arte como forma de conhecimento em contraposição ao papel de atividade secundária para o desenvolvimento das áreas consideradas mais importantes.

Dessa forma, será possível analisar se o ensino da Arte contribui no desenvolvimento pleno do ser humano no ambiente educacional formal e como é concebido e como pode incidir positivamente nas atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor.

### 1.1 CONCEITO E FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE

Desde os primórdios da humanidade, a arte está presente no mundo, expressando simbolicamente crenças, relações sociais, experiências e formas de sobrevivência. Tais símbolos eram expressos através de diferentes formas, ditas rudimentares, das quais sobrevivem exemplos registrados sobre rochas.

A arte rupestre é uma forma de exemplificar essa antiga manifestação humana, a qual, Gaspar considera

[...] uma expressão já consagrada e que pode ser mantida, especialmente se tratada no sentido sugerido por André Proust – ao enfatizar que as palavras “arte” e “artista” têm a mesma raiz latina que “artesão”, sendo arte o conhecimento de regras que permitem realizar uma obra perfeitamente adequada a sua finalidade. É esse o sentido que atribuo à expressão “arte rupestre”. [...] Ao mesmo tempo que constitui um campo de saber com problemas e estratégias de pesquisas próprias, [...] a arte rupestre é um domínio integrado aos demais aspectos da vida social do grupo que a produziu (GASPAR, 2006, p.10-11).

Assim, aquilo que atualmente denominamos Arte, possibilita aos indivíduos estabelecer relações com o mundo, pois, expressa as concepções presentes na sociedade e influencia na interpretação da realidade e do ser humano. As relações que se estabelecem entre os homens e o mundo por meio da Arte tem um caráter político, segundo Benjamin (1994), permitindo desenvolver um senso crítico daquele que a observa, mas, ao mesmo tempo, a conformação ideológica dominante. No sistema capitalista, com a possibilidade de reprodução em massa, a Arte transforma-se. Dessa maneira,

Com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida. Mas no momento em que o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função social da arte se transforma em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política (BENJAMIN, 1994, p. 17-172).

Deste modo, o ser humano, de acordo com Buoro (1998), passa a atribuir sentido à vida a partir do momento em que organiza o mundo, por meio de suas percepções e sua forma de concebê-lo. Dessa forma, a Arte permite reflexão e crítica sobre o mundo e sua forma de organização social, possibilitando converter as experiências vividas em objeto de conhecimento. A partir dos sentimentos, das percepções e da imaginação, esse tipo de conhecimento se realiza a partir do campo sensível e da inquietação do homem diante da realidade. A este respeito, Buoro afirma que:

A Arte, enquanto linguagem, interpretação e representação do mundo, é parte deste movimento. Enquanto forma privilegiada dos processos de representação humana, é instrumento essencial para o desenvolvimento da consciência, pois propicia ao homem o contato consigo mesmo e com o universo. Por isso, a Arte é uma forma de o homem entender o contexto ao seu redor e relacionar-se com ele. O conhecimento do meio é básico para a sobrevivência, e representá-lo faz parte do próprio processo pelo qual o ser humano amplia seu saber (BUORO, 1998, p. 20).

Nesta perspectiva, não é possível conceber o homem como um ser unicamente biológico, mas como sujeito que se desenvolve no âmbito psíquico, social e cultural e que influencia diretamente em suas relações com o mundo. O ser humano, no campo cultural, busca expressar suas necessidades socioculturais

utilizando a Arte, por isso é necessário compreender a importância da cultura neste processo e sua influência na construção das concepções de Arte ao longo dos tempos.

Coli defende que a cultura prevê os organismos que determinarão o que é e o que não é Arte, pois, “[...] os estatutos da Arte não partem de uma definição abstrata, lógica ou teórica do conceito, mas de atribuições feitas por instrumentos de nossa cultura [...]” (COLI, 2000, p 11). Por isso a Arte não existe sem instrumentos que a instauram no mundo, pois estes determinam quais são os atributos que permitem definir os objetos artísticos.

O desenvolvimento da cultura, para Cortella (2000), pode ser definido por meio do trabalho que advém da ação do homem para satisfazer suas necessidades. A ação humana é transformadora e tem como finalidade moldar, modificar e definir o mundo humano. E é neste sentido, que o efeito da realização de seu trabalho é denominado cultura, pois é no trabalho que a ação do homem existe a fim de fazer com que a natureza se adapte a ele, e isso ocorre a partir das ações tomadas pelas necessidades de garantir e afirmar sua existência (FERRETI, 2001). Neste contexto de desenvolvimento, Cortella (2000) complementa que a cultura não pode ser vista como algo restrito na sociedade, ligado somente ao que é refinado, mas deve ser entendida como um produto da intervenção humana e do seu trabalho e que todos têm capacidade de produzir.

Considerando que a cultura é elaborada de forma coletiva, a partir da socialização entre os indivíduos que compõem uma determinada sociedade, o homem torna-se humano no trabalho e no contato com a cultura, pois nela estão contidas as crenças, valores, regras e conhecimentos, que são construídos historicamente. Esse processo permite constituir o ser humano no tempo e na sociedade na qual está inserido, que se denomina de *hominização*, ou seja, aquele no qual o humano se produz produzindo cultura e é também por ela produzido (CORTELLA, 2000). Ainda segundo Cortella (2000), os produtos criados pela cultura podem ser denominados como ideias e *coisas*, pois o ser humano é movido pela realização de suas necessidades, sendo assim, produz *coisas* que o satisfazem e ideias que por meio das quais estas *coisas* são compartilhadas.

Chauí (2001) acrescenta que a cultura é uma segunda natureza, aquela que aperfeiçoa o ser humano e que desenvolve sua natureza inata, podendo ser entendida como o cuidado do homem com a natureza e o aprimoramento da

natureza pela educação. Assim sendo, a educação tem o propósito de cultivar as crianças com intuito de torná-las membros excelentes de uma sociedade, participantes e politicamente conscientes, ou seja, a cultura está diretamente ligada à educação, na qual as atividades educacionais podem ser ilustradas como retratos da sociedade.

Não é diferente com a Arte, as obras de arte possuem um valor em si, uma essência artística, ou seja, são expressão da cultura de seu tempo, mas a ultrapassam. Por isso, são consideradas como manifestações superiores da natureza humana. Entretanto a ideia de arte não é idêntica em todas as culturas, pois cada qual possui sua maneira específica de concebê-la e sua função social.

Desse modo, o em si da obra de arte, ao qual nos referimos, não é uma imanência, é uma projeção. Somos nós que enunciamos o “em si” da arte, aquilo que nos objetos é, para nós, arte. [...] sua subjetividade tem o poder de descobrir a força artística que está nos objetos (COLI, 2000, p. 64 e 65).

O objeto artístico possui algo absoluto que é relativo às culturas. As obras artísticas sempre existiram, porém tal concepção de Arte nem sempre esteve identificada dessa forma pelos autores das obras e pelas sociedades. A arte passa a existir a partir do momento em que um indivíduo começa a identificá-la como Arte, por meio de seus sentidos diante de uma obra. Coli (2000) recorre a Duchamp para afirmar que “são os ‘*olhadores*’ que fazem um quadro”. Por isso, qualquer objeto que for aceito como arte se tornará artístico, considerando que a obra envia sinais que os *olhadores* recebem e a partir das significações que recebem de sua cultura dão um sentido à obra contemplada.

Isso se deve ao fato de que existe uma interferência exterior que modifica o contato do indivíduo com a obra e é justamente o tempo histórico e as distâncias culturais que interferem nas significações originais. Sabe-se que, para Coli (2000), “à medida que esquecemos essas significações originais, vamos atribuindo a ela as significações de nossa cultura” (COLI, 2000, p. 71), ou seja, a obra perde suas definições originais, pois conferimos a ela outros significados e simbologias em outros contextos.

Nesta perspectiva, Brittain e Lowenfeld (1977) afirmam que a Arte é considerada uma das mais elaboradas formas de expressão humana; sua forma e expressão são variadas e podem estar associadas a diferentes *coisas* e momentos,



tornando-se evidência na cultura em que está inserida. Apreender a Arte e suas concepções, estabelecidas ao longo dos tempos, é necessário analisá-la também, segundo Luckesi (1994), a partir de uma abordagem filosófica, pois a “filosofia é um corpo de conhecimento, constituído a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo para compreender o seu mundo e dar-lhe um sentido, um significado compreensivo” (LUCKESI, 1994, p. 22).

A filósofa Chauí (2001), ao definir a Arte, parte da origem de sua palavra, que vem do latim *ars* – que remete à habilidade, instrumento e ciência e corresponde ao grego *techne*, técnica que induz a uma atividade humana submetida a regras. Para a autora, “Platão não a distinguia das ciências nem da filosofia, uma vez que estas, como a arte, são atividades humanas ordenadas e regradas” (CHAUÍ, 2001, p. 317). Entretanto, Aristóteles realizou duas distinções, separando a filosofia e a ciência – que se referem ao que é necessário e que não pode ser modificado – da arte ou técnica – que se refere ao que é possível e passível de transformação (CHAUÍ, 2001). Sendo a técnica e a arte atividades sujeitas a transformações, a primeira é realizada por uma ação individual que tem o belo como fim, na qual a obra realizada precisa alcançar determinada concepção universal de beleza, originando as belas artes. E a segunda, por sua vez, tem o útil como finalidade. O autor é considerado o gênio criador que, aplicando regras advindas por tradições ou ciência, cria um objeto para que o público analise com juízo de gosto.

A Arte deve ser entendida mais como expressão criadora e não como uma criação genial, já a técnica é cada vez mais concebida como uma forma de conhecimento e não apenas como uma ação fabricadora de produtos. É deste ponto de vista que a Arte pode ser considerada como trabalho de expressão humana, não sendo possível separá-la da ciência e da técnica, pois

[...] a novidade está no fato de que, agora, as artes não ocultam essas relações, os artistas se referem explicitamente a elas e buscam nas ciências e nas técnicas respostas e soluções para problemas artísticos (CHAUÍ, 2001, p. 318).

Neste sentido, é necessário compreender a Arte sob a perspectiva estética e poética, inicialmente apontada por Platão e Aristóteles, na qual a forma poética revela que as obras são fabricadas pelo ser humano; e a estética, a forma vinculada ao conhecimento sensorial. De acordo com Chauí,

Arte poética é o nome de uma obra aristotélica sobre as artes da fala e da escrita, do canto e da dança: a poesia e o teatro (tragédia e comédia). A palavra poética é a tradução para poesis, portanto para fabricação. A arte poética estuda as obras de arte como fabricação de seres e gestos artificiais, isto é, produzidos pelos seres humanos (CHAUI, 2001, p. 321).

Em contrapartida, estética é a tradução da palavra grega *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade e foi empregada para referir-se às artes, pela primeira vez por volta de 1750, pelo alemão Baumgarten. Em seu uso inicial referia-se ao estudo das obras de arte enquanto criações da sensibilidade, tendo como finalidade o belo (CHAUI, 2001, p. 321), que é um valor universal e não necessita de demonstrações. O artista e a obra, que seguem a direção estética, visam que o espectador que faça um juízo do gosto.

O sentimento abstrato de beleza constitui a base elementar da atividade artística, pois, segundo Read (1978), a arte pode ser definida como uma tentativa de criação de formas agradáveis, que não necessariamente está ligada à beleza. Por isso, ao falar de arte e beleza, não está falando apenas da aparência estética da obra, mas para o autor, a beleza se define como aquilo que dá prazer.

É no início do século XX que a arte passa a estreitar o caminho entre a estética e a poética, sendo que sua perspectiva não está voltada apenas à beleza, mas como maneira de fazer crítica à realidade de forma poética. Este novo modo de perceber a arte possui três núcleos de investigação: a relação entre arte e natureza, a relação entre arte e humano e as finalidades-funções da arte.

Nesta perspectiva, Pareyson (2001) aponta a caracterização da Arte como o *fazer* relacionado à *formatividade*, pois para ele o principal elemento da Arte é o *realizativo* e é dele que as ideias de *forma* e *formatividade* procedem, no momento em que cumprem movimentos de pensamento e atos práticos. Considerando que a “Arte é forma e a atividade artística é formatividade”, para o autor, os conceitos são os mais apropriados para caracterizá-las, pretendendo trazer para a Arte sua essência, sua forma, sua formação ou atividade formativa. Ao definir a Arte como *formatividade*, Pareyson (2001) afirma que

[...] a arte é produção e realização em sentido intensivo, eminente, absoluto, a tal ponto que, com frequência, foi, na verdade, chamada criação, enquanto é não só produção de organismos que, como os da natureza, são autônomos, independentes e vivem por conta própria, mas também alcança ser produção de objetos radicalmente novos, verdadeiro e próprio incremento da realidade, inovação ontológica. (...). A arte é, portanto, um fazer em que o aspecto realizativo é particularmente intensificado, unido a um aspecto inventivo. Nela a realização não é somente um 'facere', mas propriamente um 'perficere', isto é, um acabar, um levar a cumprimento de inteireza, de modo que é uma invenção tão radical que dá lugar a uma obra absolutamente original e irrepetível. Mas estas são as características da forma, que é, precisamente, exemplar na sua perfeição e singularíssima na sua originalidade. De modo que, pode dizer-se que a atividade artística consiste propriamente no formar, isto é, exatamente num executar, produzir e realizar, que é ao mesmo tempo, inventar, figurar, descobrir (PAREYSON, 2001, p.25-26).

O fazer artístico está desvinculado da reprodução daquilo que já foi realizado na sociedade, isto é, a Arte é a criação interligada com a produção do novo e inusitado. Fazer Arte “não é execução de qualquer coisa já ideada, realização de um projeto, produção segundo regras dadas ou predispostas. [...] Ela é um tal fazer que, enquanto faz, inventa o por fazer e o modo de fazer” (PAREYSON, 2001, p. 25-26). Concebendo-a como criação original, a arte não se restringe à técnica, mas a um fazer relacionado à invenção, considerando que o fazer da Arte possui um sentido mais intenso, de não apenas executar uma atividade, mas sim, inventar, criar e inovar de diferentes formas, que vão além da realidade, exatamente pelo fato de ser criação.

Pareyson afirma que a Arte “revela, frequentemente, um sentido das coisas e faz com que um particular fale de modo novo e inesperado, ensina uma nova maneira de olhar e ver a realidade; e estes olhares são reveladores, sobretudo porque são construtivos” (PAREYSON, 2001, p. 24-25). Ou seja, a Arte é uma atividade que expressa a realidade histórica e social de forma inovadora e original e, neste processo, define-se a função social da Arte enquanto expressão e afirmação da realidade humana, e sua função específica na prática pedagógica, ou seja, como função educativa.

A Arte influencia na cultura e é manifestação desta, a fim de construir e transformar a realidade da sociedade a partir de suas relações com o trabalho. Compreendê-la é condição para determinar os escopos e a relevância do ensino da Arte, tanto referente à educação formal quanto à educação não formal. Para Trojan,

Se na maioria das vezes, a arte é colocada na escola como forma de lazer e expressão espontânea – e, neste sentido, secundária e oposta às preocupações relacionadas com o conhecimento necessário para a formação humana – esta situação se explica pelas condições estabelecidas pelo sistema produtivo (TROJAN, 2002).

Portanto, deduz-se que é o sistema produtivo que estabelece a relevância com que a arte será empregada no âmbito social, cultural e educativo. Assim, se é utilizada como forma acessória e contraposta ao conhecimento, não sendo fundamental para o desenvolvimento humano, por consequência não terá a devida importância educativa.

## 1.2 FUNÇÃO EDUCATIVA DA ARTE

A função educativa da arte é vinculada diretamente à sua função social, pois sua finalidade no processo educativo escolar e não escolar depende do contexto social e político de cada sociedade e da cultura que é valorizada. A cultura, portanto, é o ponto de partida e o ponto de chegada para o processo de educação, pois

[...] ao mesmo tempo que socialmente a educação, um domínio de cultura entre outros, é condição da permanente recriação da própria cultura, individualmente a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa (BRANDÃO, 2006, p. 22).

Sabe-se que os locais especializados para o ensino são criações tardias e ao mesmo tempo recentes, pois a educação, conforme Brandão (2006, p. 24), sempre esteve imersa nas diversas práticas sociais – no trabalho, nos rituais ou no próprio cotidiano da cultura –, pois são incorporações da estrutura simbólica da sociedade.

Para Brandão (2006), o saber forma a personalidade do indivíduo e o prepara para viver a cultura, “quando o homem sabe e ensina o saber, é sobre e através das relações de objetos, pessoas e ideias que ele está falando” (BRANDÃO, 2006, p. 22). O saber é ensinado a fim de que os indivíduos se integrem dentro da sua cultura, dessa forma, “a convivência estável e a comunicação simbólica transferem intencionalmente tipos e modos de saber necessários à reprodução da vida individual e coletiva” (BRANDÃO, 2006, p. 21).

De acordo com o PCN – Arte (BRASIL, 1997), o ensino da Arte contribui para o desenvolvimento humano, na direção de torná-lo capaz de ampliar a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação do indivíduo. Aponta que, no estudo das artes, o sujeito conhece, aprecia e reflete sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas, complementando a ideia de Brandão (2006).

Segundo Barbosa (1998), o ensino da Arte, desde a década de 1970, vem se constituindo como uma “questão socialmente problematizada”, uma temática que tem sido tratada, de certo modo, pela literatura educacional brasileira, a partir de variados critérios e ângulos.

A autora esclarece que a Arte/Educação, considerada a epistemologia e a ciência do ensino da arte, tem se caracterizado como um campo amplo de conhecimento que, durante a sua trajetória histórica epistemológica, vem agregando diferentes pesquisas, as quais possibilitam a construção da cientificidade no campo da arte e seu ensino. Apesar de Read (1958) afirmar que a arte e a ciência são atividades complementares, para ele existe uma distinção entre elas, pois enquanto a arte está relacionada à representação, a ciência se expressa na explicação. Read (1958) não faz

distinção entre ciência e arte, exceto no que diz respeito aos métodos, e julgo que a oposição criada entre elas no passado, se deve a uma mesma visão limitada de ambas as atividades. A arte é a representação, a ciência a explicação da mesma realidade (READ, 1958, p.35).

Os PCN – Arte (BRASIL, 1997) complementam que não há possibilidade de existir ciência sem o intermédio da imaginação, nem existir arte sem o auxílio do conhecimento, o que mostra que ambas são criadoras no processo de construção do ser humano. A ciência e a arte proporcionam ao ser humano objetos para satisfação de suas necessidades; as técnicas e os procedimentos utilizados na construção desses objetos se constituem como conhecimentos, que fazem parte de uma determinada cultura. Desta forma, é por meio da ciência e da arte que o ser humano satisfaz suas necessidades, explica e expressa suas ideias, que são modificadas historicamente.

Para a melhor compreensão da arte como objeto de conhecimento, se faz necessário conhecer algumas características do fenômeno artístico, dentre elas, o

conhecimento artístico como produção e fruição e o conhecimento artístico como reflexão.

A cultura, a educação e o cotidiano das relações sociais se emendam com os objetos da arte e, de certa forma, atrapalham a análise estética na sociedade. No mesmo momento em que a fruição artística, encontrada na ideologia da mídia, aproxima a relação da arte com os homens, ela atrapalha a compreensão de sua dimensão histórica e das características técnicas e estéticas. A fruição artística advinda pela mídia prejudica o aprendizado da arte como forma de humanização dos sentidos humanos históricos e sociais (MARX, 1986), ou seja, conhecimento artístico como reflexão e não apenas como produção e fruição. Porcher (1982), complementa essa afirmação ao asseverar que

Fazer da arte uma atividade irracional e misteriosamente inspirada equivale inevitavelmente a ratificar e reforçar uma certa estrutura social. Numa perspectiva como essa, a escola vê a sua função expressa com muita clareza. Se ela mantém esta definição da atividade estética, sustenta no plano escolar as desigualdades cuja origem não é escolar; não faz senão reproduzir, de acordo com sua famosa fórmula, um sistema socialmente marcado. Se quiser promover uma verdadeira democratização do acesso à arte, terá de propor uma outra noção de estética (PORCHER, 1982, p.15).

No que diz respeito ao conhecimento artístico como produção e fruição, os PCN – Arte (BRASIL, 1997, p. 37) apontam que “o conhecimento artístico não tem como objetivo compreender e definir leis gerais que expliquem por que as coisas são como são”. As formas artísticas tem caráter subjetivo e possuem significações construídas a partir de imagens poéticas, ou seja, não manifestam uma visão unitária sobre objetos, fatos e sentimentos. Dessa forma, a arte não expressa a neutralidade, mas sim, é a realidade apreendida a partir do ponto de vista do artista. O conhecimento da realidade por meio da Arte se dá em expressões singulares, do artista ou do espectador, por meio de uma obra particular, em um momento particular.

A criação artística é distinguida das outras modalidades de conhecimento humano pela “qualidade de comunicação entre os seres humanos que a obra de arte propicia, por uma utilização particular das formas de linguagem” (BRASIL, 1997, p. 37). No conhecimento artístico, o campo do imaginário está em evidência, pois é na

área das imagens que a arte desempenha sua força comunicativa. Deste modo, segundo os PCN – Arte (BRASIL, 1997),

A imaginação criadora permite ao ser humano conceber situações, fatos, ideias e sentimentos que se realizam como imagens internas, a partir da manipulação da linguagem. É essa capacidade de formar imagens que torna possível a evolução do homem e o desenvolvimento da criança; visualizar situações que não existem, mas que podem vir a existir, abre o acesso a possibilidades que estão além da experiência imediata (BRASIL, 1997, p. 41).

A imaginação é intrínseca a qualquer processo de conhecimento, seja científico, artístico ou técnico. A palavra imaginação foi aplicada inicialmente no século XVIII, sendo utilizada na compreensão da totalidade das atividades mentais e, neste período, a imaginação foi associada à capacidade criativa, consistindo na livre associação de ideias, e é neste sentido que “a imaginação é colocada na base da criação artística, como mediadora entre o real e o sonho, a fantasia. Ela permite estabelecer relações entre o mundo dos sentidos e a obra de arte” (PELAES, 2010 p.7).

Para Vygotsky (2009), a imaginação criadora é determinada pela capacidade de inventar a realidade, que demanda experiências e capacidade de simbolização, ela

é resultante da capacidade de fantasiar situações. O indivíduo irá criar segundo a sua capacidade de imaginar e fantasiar com base numa série de fatores, entre eles, a experiência acumulada, enquanto um produto de sua época e seu ambiente (VYGOTSKY, 2009, p. 31-32).

A compreensão dessas traduções ou reapresentações feitas do conhecimento artístico é de responsabilidade da educação, onde se deve buscar de que forma atuar a fim de encontrar possíveis intervenções no ensino de arte nos espaços socioeducativos formais e não-formais. É fundamental que o sentido das experiências integradas à arte necessita passar por um ajuste entre o seu estudo e as práticas de intervenção.

É essencial que a sociedade entenda a função educativa da Arte e o papel indispensável que possui para o desenvolvimento do ser humano. Fazer e conhecer arte são processos de aprendizagem que propiciam para cada sujeito

conhecimentos sobre sua relação com o mundo e contribuem para a aproximação entre diferentes culturas. Assim, os sentidos que os sujeitos pesquisados atribuem à cultura artística na sociedade é diretamente ligado ao papel que as políticas sociais e educacionais atuam.



## 2 O TERCEIRO SETOR

A fim de compreender a atuação e surgimento do Terceiro Setor na sociedade brasileira é preciso considera-lo no âmbito da *sociedade civil*, aquela que é compreendida fora do aparato estatal, apesar de possuir relação indissociável com o mesmo. Agrega o conceito de cidadania, pois a *sociedade civil* é formada por cidadãos que possuem direitos e deveres civis, políticos e sociais.

Assim, pretende-se buscar uma compreensão do papel que as organizações do Terceiro Setor ocupam no contexto capitalista brasileiro e, conseqüentemente, localizar as diferentes formas pelas as quais a arte participa desse setor e qual é a função que desempenha. Para isso, refletir sobre o conceito, a função social e econômica e a ação socioeducativa do Terceiro Setor é fundamental para a compreensão e aprofundamento do tema definido nesse estudo.

### 2.1 CONCEITO DE TERCEIRO SETOR

A sociedade atual está, simplificadamente, estruturada em três grandes setores: o Estado, o Mercado e as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Respectivamente, o Primeiro Setor atua na esfera pública estatal, o Segundo Setor na esfera privada e o Terceiro Setor, que não tem finalidade de lucro, caracteriza-se por uma atuação na esfera pública não estatal, ou seja, “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (FERNANDES, 1994, p. 127).

Há autores que apoiam e autores que se contrapõem a esta separação estrutural da sociedade. Autores críticos contestam essa ideia como, por exemplo, Carlos Montaña (2002) ao considerar que, com essa divisão, “é como se o ‘político’ pertencesse à esfera estatal, o ‘econômico’ ao âmbito do mercado e o ‘social’ remetesse apenas à *sociedade civil*, num conceito reducionista” (MONTAÑO, 2002, p.53).

O Terceiro Setor é um assunto polêmico, muito estudado e discutido no contexto acadêmico, por adotar uma terminologia implantada socialmente a fim de definir características, especificações e pretensões de um setor, que envolve a atuação de diferentes profissionais em várias áreas. Tais estudos abrangem várias

análises, entre as quais muitas contradições. Desse modo, definir seu conceito, surgimento e função são tarefas que exigem análise histórica, política, ideológica e social, pois é um setor constituído de atividades com origens, objetivos e financiadores diferentes em cada projeto. Sendo assim, não são todas que atuam como movimentos que cooperam para melhoria dos direitos sociais, civis e políticos com vistas a uma sociedade igualitária.

Considerando o complexo e mutável contexto social, econômico e político em que a sociedade percorre em seu desenvolvimento, busca-se encontrar as características em comum que levam ao surgimento deste setor, tendo em vista a sua conjuntura capitalista.

O termo de origem norte-americana foi utilizado, segundo Coelho (2000), na década de 1970 nos Estados Unidos, em seguida adaptado pelos europeus e, por fim, espalhado por todo o mundo. No Brasil, o termo foi difundido, conforme Peroni (2006), em decorrência da crise do Estado na época da ditadura militar, quando o alto índice de desemprego gerou o aumento da exclusão social e diminuição de ações nas políticas sociais. Neste panorama, a parceria público-privada ocorre

[...] em um contexto particular do capitalismo que, após uma grande fase de expansão que se iniciou no pós-guerra, vive um período de crise e as suas principais estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e terceira via – redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais, com profundas consequências para a relação público-privada (PERONI, 2009, p. 782).

Deste modo, as atividades do Terceiro Setor operam a fim de apaziguar as diferenças sociais, assumindo atividades do Estado, ao tentar renovar o espaço público e usufruindo de atividades voluntárias e de ações filantrópicas como forma de diminuir a diferença de classes, complementa Falconer (1999).

Apesar das instituições do Terceiro Setor, para o autor citado, surgirem inicialmente dos movimentos sociais em busca de igualdade, estas perderam tal particularidade e tornaram-se estratégicas para o capital quando começam a ser financiadas por recursos públicos e/ou privados. Para Falconer (1999), as ações pontuais desse setor não dão conta dos problemas sociais, devido à sua dependência financeira, precisando restringir suas ações e projetos, de acordo com as exigências daqueles que as financiam: Estado ou iniciativa privada.

O Terceiro Setor, por ser financiado pelo primeiro e segundo setores, acaba focado no abrandamento das carências sociais, mascarando a realidade, desviando o foco da dinâmica interna do grande problema das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. É um setor constituído por organizações sem fins lucrativos, ressaltando a participação voluntária de indivíduos e instituições, com características filantrópicas e assistencialistas, com objetivo de ajustar a sociedade ao modelo econômico e social vigente. Esse ajustamento se deve ao fato de que há uma ideologia capitalista disfarçada no surgimento e ampliação deste segmento, que justifica as desigualdades a partir do mérito e das capacidades individuais. Neste sentido, a função social e econômica do Terceiro Setor não fica explícita e delimitada.

## 2.2 FUNÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor, na perspectiva de Montaño (2002), é uma tipologia que altera a questão social por três razões principais: transfere a responsabilidade social do Estado para o indivíduo, foca nas políticas sociais e descentraliza a administração, isto é, ao distribuir as competências, ocasiona um descontrole e reduz o efeito da repartição de recursos. Assim,

O desenvolvimento de um 'novo' setor que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar. Porém, ao considerar o 'Terceiro Setor' como a sociedade civil, historicamente, ele deveria aparecer como o 'primeiro'. Exata falta de rigor só é desimportante para quem não tiver a história como parâmetro de teoria (MONTAÑO, 2002, p.55).

Peroni (2006) completa a ideia ao afirmar que a *sociedade civil* atua como parte da estratégia neoliberal, enquanto acredita que está participando efetivamente do processo de melhoria social.

A visão de que o Terceiro Setor surgiu para superar a divisão entre o público e o privado, é criticada por Montaño (2002), pois as atividades desenvolvidas são interligadas tanto ao Estado, tendo em vista que são ações de responsabilidade

governamental, quanto ao Mercado, pois abrem lacunas para a ação de interesses particulares.

Conforme citado anteriormente, o Terceiro Setor surgiu para agir sobre as questões sociais essenciais que o Estado, a partir da crise econômica, não conseguia mais atender. Nesse processo, várias instituições firmam parcerias com os governos, determinando a terceirização de funções estatais. O Terceiro Setor é considerado como um setor que atende ao público, de maneira não estatal, a fim de atender as necessidades sociais que o Estado não consegue prover e o mercado descarta.

Gohn (1999) completa essa definição quando afirma que as entidades do Terceiro Setor “são dependentes de verbas e fundos advindos das parcerias com os governos e outras entidades” (GOHN, 1999, p. 63). Com essa condição de financiamento estatal, esses grupos não se posicionam explicitamente contra os interesses do Estado, diferente de como atuavam anteriormente, quando eram “politicizados e articulados a partidos, sindicatos e outros” (GOHN, 1999, p.78) e buscavam formas de manifestar-se em busca de transformação social.

As ações do Terceiro Setor estão, basicamente, estruturadas no ajustamento à sociedade estabelecida, focando na prevenção da violência, no incremento da autonomia do indivíduo e no desenvolvimento da criatividade, utilizando pouco capital e muito trabalho voluntário. Apesar de amenizar problemas sociais, essa ação por um lado acentua as desigualdades sociais, econômicas e políticas; e por outro, como consequência, beneficia o sistema capitalista, que busca manter a alienação na sociedade e o crescente acúmulo de riquezas, ou seja, as ações são voltadas para mascarar a situação e não para agir profundamente na resolução do problema original.

Assim, encontra-se estabelecido um Terceiro Setor no qual as instituições que o constituem atendem aos ideais do sistema, ao receber financiamento do próprio Estado ou de grandes empresas, o que se contrapõe totalmente a ideia de ser um setor autônomo.

Neste cenário, de acordo com as palavras de Gohn (2008, p. 1), as ações dependem das parcerias entre o Estado e a comunidade organizada, na qual as políticas sociais são acionadas de acordo com os atores sociais envolvidos. O sistema de desigualdade social no capitalismo é transformado em um sistema de exclusão social, pois

[...] as lutas sociais relevantes serão pela inclusão social dos setores sociais que antes eram excluídos por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por suas desigualdades socioculturais [...]. Ou seja, as políticas sociais perdem o caráter universalizante e passam a ser formuladas de forma particularista, visando clientelas específicas, e neste processo tanto podem contemplar os interesses das minorias demandatárias como vir a ser segregativas/excludentes (GOHN, 2008, p. 1).

A inclusão social é o objetivo buscado pelas atuais organizações não governamentais, antes estruturadas apenas como modelos filantrópicos na sociedade, e que mesclam o trabalho voluntário ao trabalho assalariado atuando em áreas sociais como a saúde, geração de renda, saneamento, educação, entre outras.

É nesta perspectiva que o Terceiro Setor passa a estabelecer uma nova economia, denominada “economia social”, segundo Gohn (1999). Nesta, o setor substitui o papel dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, porém sem associação à política, contrário ao associativismo dos anos de 1970 e 80 que buscavam reivindicações por meio de conjunturas políticas e ideias de esquerda. Sendo assim, é a associação entre as organizações não governamentais voltadas às ações sociais, entidades filantrópicas e os movimentos sociais menos reivindicativos que atuam com estratégias da economia do mercado capitalista.

### 2.3 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA DO TERCEIRO SETOR

O setor público não-estatal ao gerenciar as políticas sociais, que estão direcionadas para a prática da inclusão social, emprega a educação em suas práticas considerando-a como viabilizadora do acesso aos direitos de cidadania e, como consequência, uma área social que é expandida para além dos muros das escolas.

Os espaços onde as ações educativas não-formal acontecem são variados e possuem estruturas e organizações distintas, sendo assim, o tempo da aprendizagem não é pré-estabelecido e os conteúdos são trabalhados de acordo com as necessidades dos grupos. Para Gohn, o campo da educação não-formal pode ser dividido em dois tipos: Educação Popular e no âmbito social. O primeiro é “destinado a alfabetizar ou transmitir conhecimentos que historicamente têm sido

sistematizados pelos homens e mulheres” (GOHN, 2008, p. 8), porém com estrutura, espaços e organizações diferentes das instituições escolares, abrangendo, assim a Educação Popular que é adaptada segundo a realidade do público atendido. E o segundo, “abrange a educação gerada no processo de participação social, em ações coletivas não voltadas para o aprendizado de conteúdos da educação formal” (GOHN, 2008, p. 8), onde os códigos culturais, a singularidade e as emoções são instrumentos para entender os processos sociais em movimento.

Independente da divisão e denominação feita por Gohn (2008), o propósito é identificar que a educação não-formal, como alternativa realizada pelo Terceiro Setor, age diante de um *acervo de conhecimentos* que não é possível ser desenvolvido apenas nas escolas regulares, mas são complementados e agregados pelos conhecimentos advindos de espaços não vinculados a currículos moldados. Nesta perspectiva, a educação não-formal apresenta como objetivo principal o exercício da cidadania.

Essa complementação é vinculada ao Terceiro Setor no Brasil, segundo Ceroni (2006), na qual é manifestada através de organizações sociais, que desenvolvem ações socioeconômicas, educativas e culturais, direcionadas para auxiliar grupos e agentes sociais no desenvolvimento humano integral.

### 3 OS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E A EDUCAÇÃO POPULAR

Os projetos sociais e a Educação Popular, apesar de serem diferenciados metodologicamente por Gohn (1999), devido a suas características específicas, estão vinculados ao Terceiro Setor na atual estrutura social. Tendo em vista que, este setor, atua de forma a incluir socialmente o indivíduo, utiliza da área da educação como estratégia de prática.

A Educação Popular é um campo bastante estudado, porém não há uma concepção e caracterização universal para o termo. Para Gohn (2008), a Educação Popular está separada dos demais projetos socioeducativos, porque objetiva alfabetizar ou transmitir conhecimentos assim como as escolas regulares, apenas em outra estrutura e espaço. Por outro lado, Brandão (2006) e Vale (1992) veem a Educação Popular como forma de educação social, mas não necessariamente objetivando transmitir conhecimentos como nos espaços escolares, mas na busca de uma sociedade igualitária.

As ações socioeducativas, consideradas como parte das ações das organizações sociais, caminham com objetivos semelhantes, pois buscam encontrar maneiras de oportunizar a toda sociedade uma educação capaz de efetivar os direitos sociais.

Redigir sobre o campo da Educação Popular e sobre as ações socioeducativas requer, primeiramente, compreender suas características, seus espaços e limitações na sociedade.

#### 3.1 EDUCAÇÃO POPULAR

O conceito de Educação Popular pode adquirir várias conotações. Para Brandão (2006), a Educação Popular pode referir-se à educação da comunidade primitiva, anterior à divisão social do saber; a educação do ensino público; a educação das classes populares; e a educação da sociedade igualitária.

A comunidade primitiva, anterior à divisão social do saber, teve o “conhecimento transformado em conhecimento simbólico” (BRANDÃO, 2006, p.20), ou seja, o indivíduo compreendeu que não é preciso estar ao lado de um

determinado objeto para referir-se a ele, mas que é possível simbolizá-lo de forma que o outro compreenda sobre o que está se referindo. Surgiu, assim, um novo tipo de troca entre o ser humano, a natureza e os objetos, uma troca simbólica. Nesse contexto,

[...] em mundos sociais simples, sem divisões desiguais de poder e trabalho, um mesmo saber circula através de todo o domínio da vida comunitária, sem agentes especialistas de seu controle e sem instituições exclusivas de trabalho educativo (BRANDÃO, 2006, p. 29).

Com a divisão da sociedade em classes e a criação das escolas, a educação era destinada para uma pequena fração de pessoas da sociedade. Os escravos, servos, homens e mulheres comuns aprendiam uns com os outros a partir de suas experiências culturais. Nesta perspectiva, o saber foi dividido entre erudito e popular, onde o primeiro era considerado legítimo e verdadeiro, com forma própria e institucionalizado, pois era de poder da classe dominante; já o saber popular, tornou-se um saber do consenso, sendo transferido entre grupos, de forma difusa nas frações subalternas da sociedade (BRANDÃO, 2006).

Outro sentido da Educação Popular, para Brandão (2006), é como modalidade do ensino público, estendida ao povo. Vale (1992) também aborda a proposta de uma escola pública popular, na qual se sugere interferir nos conteúdos, a fim de possibilitar melhores formas de ensino e aprendizado, levando em conta as diferentes estruturas da sociedade. Nesse caso, para desenvolver “propostas educacionais que viessem a realmente atender aos interesses populares só poderiam ser desenvolvidas fora do sistema regular de ensino” (VALE, 1992, p.11).

A Educação Popular, com essa denominação específica, surgiu como um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social, tendo, em seus ideais, a utopia de conquistar o Estado e mudar de forma radical a política econômica e social. No Brasil, experiências com esse propósito foram interrompidas pela brutal intervenção militarista e autoritária em 1964, subsistindo de forma dispersa em pequenas experiências e, retomadas mais tarde, principalmente a partir da década de 1990, pelas chamadas Organizações Não Governamentais (ONG), no já referido Terceiro Setor.

Apesar da redução da ação no âmbito social, alguns educadores tentam encontrar meios de no Estado capitalista construir uma educação pública popular.



Essa intenção decorre do fato de que os alunos das escolas públicas precisam de um espaço que satisfaçam seus interesses e necessidades, condizentes com as realidades em que vivem, porém a escola pública regular ainda não atende a esta especificidade. Brandão (2006, p.41) cita que os problemas que ocasionam as desigualdades de distribuição de bens da educação dos investimentos insuficientes na educação. Segundo Brandão:

É importante que seja consagrada a ideia de que não apenas todas as crianças e adolescentes devem ser educados qualitativamente da mesma maneira, como também, através da educação, os 'menos favorecidos' devem conquistar condições de acesso ao trabalho e à vida social que, fora da escola, a sociedade oferece com sobra a uns e, com extrema avareza, a outras (BRANDÃO, 2006, p. 42).

Entretanto, a educação brasileira tem apresentado uma grande porcentagem de fracasso e evasão escolar ou uma carreira escolar breve. Evasão essa diagnosticada pela origem social do aluno, o destino escolar e as condições de sua esperança na educação. Dessa forma, Brandão (2006) constata a situação crítica da escola pública, onde uma grande porcentagem de alunos está defasada, porque entrou tarde na escola ou porque foi obrigada a abandonar por um período de tempo ou, ainda, porque é repetente contínua.

É preciso analisar os fatores condicionantes da educação e as influências por eles geradas no interior da sociedade brasileira para que a educação popular seja pensada de forma viável. Neste panorama, as condições dadas para a escola pública reduzem o acesso ao saber pela classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo busca produzir mão-de-obra útil e qualificada no mercado de produção, sendo assim,

a escolarização deixou de ser percebida como uma conquista dos trabalhadores [...], e passa a ser algo danoso por inculcar nas mentes das classes populares uma ideologia que está atrelada aos interesses das camadas dominantes, cujo objetivo maior frente aos menos favorecidos é prepará-los enquanto força de trabalho para ser consumida pelo capital, permitindo sua realização (VALE, 1992, p. 17).

Entretanto, o Estado produzindo essa qualificação, mínima que seja, no interior das escolas públicas regulares, abre espaço para que a classe popular enxergue de forma crítica os limites das suas condições de inserção na sociedade. Nesse processo, torna-se possível a luta de classes, gerando movimentos importantes, que amadureceram politicamente em relação à organização de classes e de resistência.

Ao considerar que “a disseminação do poder entre as instâncias da sociedade classista [...], acentua a dissonância entre o que é proposto pela escola e o que é vivido pela classe trabalhadora” (VALE, 1992, p. 19), uma educação pública voltada para os interesses da maioria da população brasileira não será construída por iniciativa do Estado, por isso a escola pública buscada é fruto dos movimentos organizados da *sociedade civil* e esforços de resistência das classes populares.

Nesta perspectiva, a educação das classes populares é outro sentido dado para a Educação Popular. Escolas – mantidas por associações, sindicatos, partidos – passam a atuar na educação de adultos e no desenvolvimento de comunidades marginalizadas. Tem como objetivos combater o analfabetismo; a grande taxa de deserção nos primeiros anos da escolaridade; os sistemas e conteúdos inadequados para a população a qual se destina; a articulação inadequada entre educação e desenvolvimento econômico social e cultural; e, sobretudo, a deficiente organização e administração dos sistemas educacionais (BRANDÃO, 2006).

Pierre Furter, citado por Brandão (2006), afirma que para amenizar os problemas anteriormente citados é preciso lutar contra o analfabetismo, recuperar as carências escolares como uma extensão da alfabetização simples a alfabetização funcional, promover comunitariamente a vida social e cultural, formar politicamente o cidadão para o exercício da cidadania, aperfeiçoar profissionalmente a força de trabalho, educar em processo de desenvolvimento social e cultural, além de motivar essa população para que integre e participe do processo de mudança da sociedade, de uma maneira consciente. A educação de adultos deve servir como dinamização das comunidades, não apenas como escolaridade inútil para a vida social, a fim de não ser subordinar ao sistema e ao poder imposto, e sim, participar no mundo redefinido e criticar os atuais e novos valores introduzidos, evitando o comportamento massificado.

A educação de adultos tem como propósito suprir carências para aqueles que foram excluídos do sistema escolar, como medida compensatória e corretiva,

evidenciando um sinal negativo da educação, pois decorre da estrutura social de desigualdade.

Porém, diferente da educação de adultos, a Educação Popular propõe projetos de ressignificação política, social e pedagógica da educação. Faz-se necessário ter uma concepção de educação permanente, universal e democrática, que seja encontrada não somente na escola, mas além dela, ou seja, “cultura pensada como educação” (BRANDÃO, 2006, p. 80). Apesar de utópica, esta proposta busca abolir com toda a fragmentação e dualidade da educação, unificando-a como uma totalidade, ou seja, a ideia de um “otimismo pedagógico”, pois pressupõe utilizar toda a potencialidade da escola e da sociedade, a fim de produzir valores, conhecimentos e técnicas de educação.

A ideia de Educação Popular faz parte da utopia da educação permanente, porém do ponto de vista da cultura popular, o que ajudou e tornou-se possível na conjunção de governos populistas. A conquista de novas formas de organização das classes populares tem auxiliado na disseminação das ideias de Educação Popular.

Brandão pensa na “educação popular como proposta de reescrever a prática pedagógica do ato de ensinar e aprender, e surgia para repensar o sentido política do lugar da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 86). A palavra popular não é utilizada porque se refere aos operários e camponeses excluídos, mas porque está ligada com a criação de um saber popular, onde nas situações nas quais as pessoas trocam experiências, recebem informações e criticam, constituindo formas de aprender e de se instrumentalizar.

Nessa proposta, a educação se realiza a partir de um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, onde o educador atua como contribuinte, “é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções” (BRANDÃO, 2006, p. 89) a todos que nela estão inseridos.

A pretensão desta proposta de Educação Popular ainda não chegou a se realizar, mas, é possível identificar que existem tendências dela na sociedade de hoje, como a do trabalho pedagógico como um instrumento de conscientização, do trabalho de convergência entre educadores e movimentos populares e do próprio povo quando agente político, independente da presença do educador erudito nesse processo.

A Educação Popular como uma educação da sociedade igualitária, pressupõe a mesma qualidade de ensino para todos, tanto para a classe dominante quanto

para a classe popular. Considerando que a história da educação dirigida às classes populares não é linear, pensamentos antigos podem ressurgir com outras denominações, porém sendo implementados por meio de ideias inovadoras, a partir de concepções bem delineadas.

Nesta perspectiva, a Educação Popular fortalece as organizações locais e populares para converter o trabalho social da comunidade em movimento de dimensão política e pedagógica, que se realiza sem ser instituição dominante, mas para servir aos movimentos populares aos quais se destina. O trabalho do educador não se esgota na transferência de conhecimentos, mas sim na conquista do povo, é “uma reapropriação não apenas de um modo de saber, mas do meio e do movimento que, entre outros, tornam possível a produção autônoma desse saber” (BRANDÃO, 2006, p.102).

Considerando os sentidos da Educação Popular, segundo Brandão (2006) e as possíveis formas de conceber a Educação Popular, citadas por Vale (1992), é possível localizar a transformação social como elemento em comum. A ação é de longo prazo, como todo processo social, mas pode iniciar de forma tímida. Porém, é preciso começar para que a ação possa tomar uma proporção cada vez maior, na medida em que todos forem movidos pela mesma ideia. É necessário oportunizar, mesmo que de forma impositiva, a busca da transformação social pelas classes populares a fim de superar a escola pública que, hoje, está sobre a custódia do Estado e serve de instrumento para a reprodução do sistema capitalista.

Por fim, não se pode esperar que as medidas paliativas, propostas pelo Estado, apresentem a solução dos problemas da educação, pois é de responsabilidade do poder constituído atender os anseios e necessidades da população. Entretanto, é nesta perspectiva que se pode relacionar a Educação Popular ao Terceiro Setor, pois ela é uma atividade voltada ações educativas em espaços diferentes das instituições escolares, de forma que atenda as necessidades do público.

E é neste setor que se desenvolvem projetos de organizações e entidades que, de forma direta ou indireta, possuem caráter educativo, alicerçado em todas as ações sociais praticadas.

### 3.2 OS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

O Terceiro Setor no Brasil, para Ceroni (2006), manifesta-se através de organizações sociais que desenvolvem ações socioeconômicas, educativas e culturais direcionadas para assessorar diversos grupos e atores sociais no desenvolvimento humano integral e na prevenção dos problemas sociais.

Todos os projetos desenvolvidos no país, a fim de atingir seus objetivos via Terceiro Setor, embasam suas ações nas práticas educativas. Muitas vezes, a abordagem educativa está presente de forma explícita, em outras aparece de forma indireta. Por exemplo, a ação educativa é indireta em projetos de saúde voltados a prevenção de doenças, nos quais serão abordadas maneiras de criar hábitos e cuidados a serem tomados que beneficiem o bem estar do indivíduo.

Quando a área é especificamente a educação – aqui abordada por meio de projetos socioeducativos ou de Educação Popular à margem do Estado ou subsidiadas pelo Estado – suas ações estão diretamente ligadas à contribuição na transformação ou na adaptação social. No primeiro caso, é imprescindível a ação consciente dos sujeitos envolvidos.

Nesse diapasão, os projetos socioeducativos

[...] atuarão em programas com meninos e meninas nas ruas, jovens/adolescentes em situação de risco face o mundo das drogas, treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, civilidade no trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental, etc (GOHN, 2008, p. 3).

Considerando as áreas de atuação dos projetos sociais, no Terceiro Setor, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), criada no ano de 1991, é uma fundação que reúne um grupo de associações com objetivos e planos de ação diferentes. A ABONG realizou, em março de 2010, uma pesquisa com o objetivo de caracterizar cada uma das fundações que a compõem. A pesquisa obteve como amostra 189 associações, representando aproximadamente 70% das instituições do quadro total atual.

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostraram que entre as principais áreas defendidas pelas ONGs estão, segundo Gouveia e Daniliauskas (2010): a

educação (48,9%), a organização e participação popular (33,8%), as relações de gênero (27%), a justiça e promoção de direitos (23,3%), o meio ambiente (21,8%) e a saúde (20,3%). E entre os objetivos dos trabalhos realizados por elas encontram-se os de: desenvolver a consciência crítica (82%), transformar ações em políticas públicas (57%), fortalecer entidades (53,1%) e solucionar problemas imediatos (9,4).

A pesquisa expõe que a área da educação está inserida em 48,9% das ações sociais implementadas no país e que o objetivo mais aparente dessas ONGs é o de proporcionar ao indivíduo um desenvolvimento crítico e consciente. Neste sentido, ao analisarmos essa situação pode-se compreender o papel dos projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs brasileiras e a responsabilidade que estas têm perante a sociedade.

Com esse panorama estabelecido sobre as organizações, a partir da pesquisa realizada pela ABONG, é possível compreender que o ambiente intercedido por projetos socioeducativos precisa de atuações planejadas e fundamentadas de forma responsável pelos profissionais envolvidos.

Afinal, um projeto social carrega, desde seu início, a responsabilidade de suas práticas para com a sociedade na qual está inserido. Caso contrário, as ONGs desenvolverão ações em que o governo atende a população de forma ilusória, não suprimindo as reais necessidades da comunidade, alimentando as necessidades do capitalismo e em constante busca de novas possibilidades na tentativa de conquistar mais investimentos estatais (GOHN, 2010). Sobre isso, Gohn afirma que

É necessário deixar de ser dependentes de práticas políticas do passado. A autonomia deve capacitá-los a inserir-se no contexto social e a compreender as circunstâncias da vivência social, econômica, cultural e ética na globalização. Estes desafios remetem à figura dos sujeitos coletivos da sociedade civil organizada (GOHN, 2010, p. 41).

Para a autora, as ONGs e os projetos sociais não podem ter o papel de competir com o Estado ou substituí-lo, pois sua finalidade é a de estabelecer parcerias que os subsidiem financeiramente, com propósito de obter recursos que façam com que suas ações sejam desempenhadas com autonomia.

A investigação das ações educativas que ocorrem, principalmente em ambientes não escolares, é fundamental para que os programas e projetos postos

em prática se desenvolvam considerando a diversidade sociocultural e as necessidades sociais dos diferentes espaços da vida em sociedade.

Ao afunilar o campo de atuação dos projetos socioeducativos, a análise será feita a partir de uma amostra de dois projetos que utilizam a Arte como objeto norteador.

## 4 O PAPEL DA ARTE NOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

A reflexão a partir Arte como objeto principal de estudo, vinculada com as concepções e funções do terceiro setor e dos projetos socioeducativos na sociedade atual auxilia na busca de alternativas e respostas quanto ao papel da Arte nesses projetos desenvolvidos pelo setor público, não estatal.

Com o propósito de encontrar o papel da arte nos projetos socioeducativos, a análise dos projetos realizados pela UNESCO, especificamente no Brasil, contribuiu para concretizar a presença em peso dessa área como objeto norteador das propostas sociais. Entretanto, a reflexão prossegue quando nos remetemos à ideia de que a arte possa ser concebida como uma forma de conhecimento ou apenas como repetição e reprodução de técnicas aprendidas. Em que medida a arte contribui com o desígnio de transformar a sociedade e auxiliar no desenvolvimento de cidadãos conscientes? Este é o propósito deste estudo. Para isso, inicia-se com uma análise da função da arte nesses projetos para, em seguida, analisar dois projetos selecionados por suas características distintas em relação aos objetivos propostos.

### 4.1 A FUNÇÃO DA ARTE NOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

A Arte como forma de conhecimento ganhou notoriedade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei 9394/96, quando reafirmou a obrigatoriedade do ensino de Arte na Educação Básica, já previsto pela Lei 5692/1971. Segundo a LDB, o ensino deve abranger as quatro linguagens artísticas – artes visuais, música, teatro e dança – a fim de destacar a importância de contextualizar historicamente, apreciar e fazer a Arte (BRASIL, 1996). Além disso, tendo em vista o reconhecimento da função educativa da Arte no contexto legal, muitos projetos socioeducativos começaram a adotá-la como diretriz pedagógica, alargando seu campo de atuação.

A fim de exemplificar esse gradativo aumento da influência artística nos projetos sociais, uma ação significativa é a realizada pela UNESCO<sup>1</sup>, no Brasil, por

---

<sup>1</sup> UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.



meio do projeto *Criança Esperança* (patrocinado pela Rede Globo). Por meio de processo de seleção anual, escolhe as ONGs que irão receber recursos arrecadados para desenvolver seus projetos nas áreas de desenvolvimento social, comunicação, ciências naturais, educação e cultura, de abrangência nacional (REDE GLOBO, 201-).

Nessa lista de ONGs que envolvem a Arte como instrumento norteador de seus projetos podem-se identificar: '*Ambiente Musical*', '*Educarte*', '*Filarmônica 2 de Janeiro - Tocando em frente*', '*ArtEducação Nego D'água*', '*Estrelas Musicais*', '*A caminho da cidadania - cantando, dançando e tocando em frente*', '*Batucando latas com cultura e cidadania*', '*Escola de música tocando em frente*', '*Palco das letras 2 - educação com arte*', '*Construindo cidadania com esporte, arte e cultura*', '*Transformando vidas com artes, cultura, cidadania e esportes*', '*Escola de artes moinho cultural sul-americano*', '*Flauta Mágica*', '*Vivendo para dançar, dançando para brilhar*', '*Sons do mundo*', '*Sonho meu: semeando notas, colhendo música*', '*Arte e Educação II*', '*Arte, Cultura e Humanização*', entre muitos outros projetos (REDE GLOBO, 201-).

Apesar da quantidade de projetos envolvendo a Arte ser extenso (tanto no *Criança Esperança* quanto nos demais projetos sociais do país), os objetivos traçados por eles, em síntese, podem ser classificados em dois eixos principais: ajuste social-econômico e formação humana.

Os projetos que caminham visando o ajuste social-econômico estão voltados para ações assistencialistas que contribuem para a manutenção das atuais condições sociais, buscando focar em atividades que previnem a violência, incentivam a criatividade, estimulam a autoestima e auxiliam na construção da identidade do indivíduo.

Por outro lado, quando o objetivo é buscar a formação humana crítica para a atuação consciente do indivíduo na sociedade, pode-se considerar que a Arte é abordada como forma de conhecimento, subsidiando esse complexo processo.

O discurso disseminado pelos projetos socioeducativos, por vezes é contraditório em relação às práticas por eles desenvolvidas. O projeto, em sua descrição, especifica como objetivo principal como o de uma formação humana social, cultural e política, todavia ao aprofundarmos a análise de sua prática, a partir da exposição de suas ações em relatos de experiências, podemos identificar indícios

de ações com caráter de ajustamento à sociedade, justamente o contrário pregado em seus objetivos.

Mesmo que o discurso exposto seja convincente e teoricamente embasado, a fim de possibilitar pela Arte conscientização crítica e a transformação da sociedade, a prática proposta desempenha o papel de aumento da autoestima, inclusão, construção da identidade e combate a violência. Nesse caso, de nada adianta o discurso suntuoso. É necessário estabelecer dialética entre teoria e prática (VALE, 1992), na qual a vinculação entre a reflexão e a ação proporciona uma práxis revolucionária, devendo ser esta a estratégia de educadores e instituições comprometidas com a transformação social.

Concomitantemente, há projetos que tanto em seus discursos quanto em suas práticas explanadas representam ideias do senso comum, desconsiderando a Arte como forma de transformação social e abertura de novas perspectivas políticas.

Conforme abordado por este trabalho, há o discurso da Arte como forma de conhecimento, porém nesses casos, esta atua como forma de alienação social e é usada como instrumento de dominação e acomodação política, assumindo uma posição disciplinar, ao invés de atuar forma emancipatória e transformadora para e pelo indivíduo.

Cabe, neste contexto socioeducativo, indagar qual o alcance emancipatório de ações artísticas e culturais nesses projetos. É necessária uma visão crítica sobre o caráter emancipatório da Arte, pois esta pode ser utilizada para dominar, oprimir, silenciar e passivar ou invés de libertar.

A escolha dos projetos, “*Arte, Cultura e Humanização*” e “*Projeto Palco das Letras 2 – Educação com Arte*”, teve como finalidade exemplificar cada um dos dois eixos aqui delimitados: ajuste social-econômico e formação humana.

#### 4.2 O PAPEL DA ARTE NO PROJETO ARTE, CULTURA E HUMANIZAÇÃO

Os objetivos traçados pelos projetos socioeducativos, acabam se desmembrando em os dois eixos principais – ajuste social-econômico e formação humana –, conforme citado anteriormente. Com o propósito de ilustrar o primeiro eixo, foi selecionado o projeto *Arte, cultura e humanização*, desenvolvido pelo

*Movimento Fé e Alegria*, no estado da Bahia, que tem delimitado como objetivo de sua atuação o de

[...] contribuir para a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, por meio do acesso à cultura, à arte e ao lazer, a partir de oficinas de dança, teatro, música e artes plásticas. Com destaque para atividades de valorização das culturas afro-brasileira e indígena, uma vez que há grande presença de alunos de origem afrodescendente e tupinambá (REDE GLOBO. 201-).

O *Movimento Fé e Alegria* foi criado na Venezuela, no ano de 1955, com características de uma entidade não governamental de solidariedade social, que se estendeu a outros países, inclusive o Brasil (em 1981). Na Bahia, a ONG visa desenvolver atividades sócio-assistenciais, a fim de contribuir para reduzir situações de vulnerabilidade social e para a prevenção da violência. A ONG afirma que sua missão é a de ser um movimento “baseado nos valores de justiça, liberdade, participação, fraternidade, respeito à diversidade e solidariedade, dirigido à população empobrecida e excluída, para contribuir com a transformação das sociedades” (FÉ E ALEGRIA, 201-). Sua missão está alinhada a seis linhas de atuação descritas pela organização: a educação formal, a educação não-formal, a formação de educadores populares, o desenvolvimento comunitário, a ação pública e a comunicação. Para o movimento, eles concebem a Educação Popular

[...] como uma proposta pedagógica e política de transformação desde, pelas e com as comunidades para a superação da opressão, da discriminação e da exclusão, contribuindo com a formação de cidadãos democráticos, capazes de construir qualidade de vida, agentes de mudança e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, pela aprendizagem permanente de todos com todos, ao longo da vida, corporificando relações que nos libertem pessoal e coletivamente.

A opção pela Educação Popular como uma perspectiva de toda a educação implica o desvelamento de outras concepções nela implícitas, tais como a concepção de ação educativa, de educação inclusiva, de qualidade educacional, de perfil de educador, de educando, de metodologia, de avaliação e de gestão educacional (FÉ E ALEGRIA, 201-).

Entretanto, ao compararmos as especificações anteriores à forma que a organização concebe a Educação Popular, o projeto acaba assumindo o caráter de ajuste social-econômico. É o que se pode deduzir das práticas desenvolvidas, a partir das fotos disponibilizadas no site do projeto:



FIGURA 1 – CRIANÇAS PINTANDO PANOS DE PRATO  
FONTE: FÉ E ALEGRIA, 201-.



FIGURA 2 – CRIANÇA COSTURANDO TECIDOS EM MÁQUINAS APROPRIADAS  
FONTE: FÉ E ALEGRIA, 201-.



FIGURA 2 – CRIANÇAS NO PLANTIO DE VERDURAS  
FONTE: FÉ E ALEGRIA, 201-.

Na Figura 1, além de as crianças estarem pintando panos de prato, as duas utilizam um padrão de cor e forma induzindo à reprodução em massa de um modelo para a confecção de um objeto de artesanato, sem nenhuma referência ao conhecimento artístico. Na Figura 2, as crianças costuram tecidos em máquinas apropriadas, o que abre para a interpretação de uma aula de costura, o que remeteria a uma profissionalização infantil. Na Figura 3 e última foto, não é possível uma interpretação precisa, parece ser uma colheita, consequência de trabalho referente ao plantio de verduras e as respectivas situações envolvidas.

Pode-se concluir que o desenvolvimento de atividades com esse perfil não possibilitará conhecimento da arte ou o desenvolvimento de um cidadão crítico e consciente, pois ele estará apto a apenas a repetir ações e não em construir e refletir sobre formas de atuar na sociedade buscando sua transformação.

Dessa forma, as ações desse projeto se contrapõem aos objetivos por eles mesmos explanados, sugerindo ao expectador uma interpretação da Arte como ajuste social-econômico, distanciando do caráter da Arte como formação humana.

#### 4.3 O PAPEL DA ARTE NO PROJETO *PALCO DAS LETRAS 2 – EDUCAÇÃO COM ARTE*

O outro objetivo traçado como eixo pelos projetos socioeducativos é o de formação humana. Com o propósito de ilustrá-lo, será realizada a análise do projeto *Palco das Letras 2 – Educação com Arte*. Este é desenvolvido pelo *Clube de Mães Mariana*, fundado em 1990 na cidade de São Luís, que “busca alternativas para os problemas de educação, saúde e assistência social que atingem diretamente grande parte de sua população, em especial, crianças e adolescentes” (REDE GLOBO, 2013). O *Clube de Mães Marina* realiza ações que envolvem atividades esportivas, culturais, recreativas e de leitura e lazer, tendo como perspectiva o resgate da cidadania de crianças e adolescentes, garantindo-lhes o direito a ter uma vida digna e que contribua para o seu desenvolvimento pleno.

Nesse contexto, o projeto *Palco das Letras 2 – Educação com Arte*

[...] é um projeto que trabalha o processo educativo a partir da literatura e do teatro, como ferramentas de sensibilização, construção do pensamento crítico e criativo e desenvolvimento cidadão de crianças e adolescentes em situação de risco social. A proposta dá continuidade ao fortalecimento das atividades focadas em experiências educativas, lúdicas e culturais, tais como rodas de leituras, oficinas de elaboração textual e teatral, visitas a casas de cultura, além de organização de recital de poesias, exposições artísticas de peças produzidas com material reciclado e espetáculos teatrais (REDE GLOBO, 2013).

Nesta perspectiva, o *Clube das Mães Mariana* implantou esse projeto com a proposta de contribuir para a promoção do desenvolvimento social, pessoal, cultural e construção do conhecimento das crianças e adolescentes. As ações socioeducativas do projeto visam a implantação de oficinas de teatro vinculadas a leitura e a escrita a partir de obras literárias diversas (contos, poemas, crônicas, romances e literatura de cordel) (CLUBE DAS MÃES MARIANA, 201-).

Da mesma forma que a inserção nesse projeto pode trazer impactos positivos às crianças e adolescentes, quando bem planejadas, articuladas e desenvolvidas, pode trazer consequências negativas quando praticados da mesma maneira que o exemplo do Projeto “Arte, cultura e humanização”, analisado anteriormente. A chave do bom resultado é desenvolver no indivíduo a criticidade, reflexão, imaginação, construção, interpretação de todos os objetos a sua volta, na qual a inquietação é o motivo da busca incessante do conhecimento. As atividades artísticas podem contribuir nessa direção.

O projeto contribui com a democratização da literatura através de eventos teatrais que apresentam as produções, buscam interagir, sensibilizar e incentivar a comunidade a também ler, contar histórias e promover o acesso à literatura.

Ao compararmos as especificações dos objetivos à forma que a organização pratica suas atividades, o projeto acaba assumindo o caráter de formação humana. É o que se pode deduzir, a partir das fotos disponibilizadas no site do projeto:



FIGURA 4 – APRESENTAÇÃO MUSICAL  
FONTE: CLUBE DAS MÃES MARIANA, 201-.



FIGURA 5 – APRESENTAÇÃO DE UMA PEÇA TEATRAL  
FONTE: CLUBE DAS MÃES MARIANA, 201-.

Na Figura 4, além de o coral de crianças cantando, o garoto (ao lado direito) está tocando acordes com um violão, induzindo a uma apresentação musical desenvolvida pelo projeto, fazendo referência ao conhecimento artístico. Na Figura 5, as crianças estão representando uma cena teatral, caracterizadas como personagens específicos, o que abre para a interpretação de uma apresentação de teatro, o que remeteria a uma das formas de utilizar a Arte na Educação.

Pode-se concluir que o desenvolvimento de atividades com esse perfil possibilitará o conhecimento da Arte, o desenvolvimento de um cidadão crítico e consciente, pois ele está instigado a construir e refletir sobre formas de atuar na sociedade a partir de leituras, interpretações, desenvolvimento corporal, entre outras

competências, aproximando-o de um projeto com objetivo de formação humana plena das crianças e adolescentes atendidos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o ensino da Arte é fundamental como forma de conhecimento e agente importante para o desenvolvimento do indivíduo e, como a educação formal não dá conta de tornar-se acessível a todos os alunos, a Educação Popular – que também pode ser encontrada nas ações socioeducativas do no Terceiro Setor – pode ser uma alternativa viável.

Porém, depende dos objetivos e das ações desenvolvidas, não como forma de ajustamento social, mas sim como forma de reflexão e transformação social. A criança e o adolescente precisa compreender e melhorar a situação que vive e não se conformar com a situação e aceitar tudo que lhe é imposto.

A arte como forma de conhecimento deve ser o objeto principal que levará a prática dessa transformação e conscientização social. Portanto, deduz-se que é o sistema produtivo que estabelece a relevância com que a arte será empregada no âmbito social, cultural e educativo. Assim, se é utilizada como forma acessória e contraposta ao conhecimento, não sendo fundamental para o desenvolvimento humano, por consequência não terá a devida importância educativa.

É essencial que a sociedade entenda a função educativa da Arte e o papel indispensável que possui para o desenvolvimento do ser humano. Fazer e conhecer arte são processos de aprendizagem que propiciam para cada sujeito conhecimentos sobre sua relação com o mundo e contribuem para a aproximação entre diferentes culturas.

Neste panorama, o ensino da Arte encontra a alternativa de atuar a partir da Educação Popular. Através da Educação Popular, encontrada em ações socioeducativas do Terceiro Setor, é possível localizar a transformação social como elemento em comum. A ação é de longo prazo, como todo processo social, mas pode iniciar de forma tímida. Porém, é preciso começar para que a ação possa tomar uma proporção cada vez maior, na medida em que todos forem movidos pela mesma ideia. É necessário oportunizar, mesmo que de forma impositiva, a busca da transformação social a fim de superar a educação formal que, hoje, está sob a custódia do Estado e serve de instrumento para a reprodução do sistema capitalista.

Não se pode esperar que as medidas paliativas, propostas pelo Estado, apresentem a solução dos problemas da educação, pois é de responsabilidade do

poder constituído atender os anseios e necessidades da população. Entretanto, é nesta perspectiva que se pode relacionar a Educação Popular ao Terceiro Setor, pois ela é uma atividade voltada a ações educativas em espaços diferentes das instituições escolares, de forma que atenda às necessidades do público.

É no Terceiro Setor que se desenvolvem projetos de organizações e entidades que, de forma direta ou indireta, possuem caráter educativo, alicerçado em todas as ações sociais praticadas. Sendo assim, é a associação entre as organizações não governamentais voltadas às ações sociais, entidades filantrópicas e os movimentos sociais menos reivindicativos, que desenvolvem ações socioeconômicas, educativas e culturais, direcionadas para auxiliar grupos e agentes sociais no desenvolvimento humano integral.

Considerando que o Terceiro Setor tenha como finalidade atender a essas necessidades e a educação popular possa estar inserida nesse âmbito, os projetos educativos podem situar-se em dois eixos distintos: ajuste social-econômico e formação humana.

No primeiro caso, a hipótese sugerida no início do trabalho é confirmada com o projeto *Arte, Cultura e Humanização*, pois as atividades artísticas operam como forma de ajustamento à sociedade, visando à prevenção à violência, construção da identidade, elevação da autoestima e reprodução em massa. O projeto, apesar de delinear seus objetivos com uma preocupação socioeducativa e discorrer sobre a importância das atividades artísticas, tem suas práticas direcionadas a repetir ações e não em construir e refletir sobre formas de atuar na sociedade buscando sua transformação.

No segundo caso, o projeto *Palco das Letras 2 – Educação com Arte*, a partir da implantação de oficinas de teatro vinculadas a leitura e a escrita originadas de obras literárias diversas, objetiva o desenvolvimento de um cidadão crítico e consciente, fruindo da Arte como forma de conhecimento e desenvolvimento humano.

A investigação das ações educativas que ocorrem, inclusive nesses dois projetos, é fundamental para que os programas e projetos postos em prática se desenvolvam considerando a diversidade sociocultural e as necessidades sociais dos diferentes espaços da vida em sociedade.

É necessária uma visão crítica sobre o caráter emancipatório da Arte, pois esta pode ser utilizada para dominar, oprimir, silenciar e passivar ao invés de libertar.

Assim, ainda que este trabalho não tenha apresentado um estudo aprofundado, indica a importância de analisar as ações socioeducativas do Terceiro Setor, a fim de avaliar as suas possibilidades de transformação e conscientização social; e propiciar para cada sujeito conhecimentos sobre suas relações com o mundo que contribuem para a aproximação entre diferentes culturas, no que se refere ao acesso à arte como forma de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae T. **Arte-educação no Brasil**: das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica – primeira versão. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITAIN, Lambert, W. L.; LOWENFELD, Viktor. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

BUORO, Anamélia Bueno. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 1998.

CERONI, Mary Rosane. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares. In: **1. Congr. Intern. Pedagogia social**. Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>>. Acesso em: 15/12/2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

COELHO, S. T. C. **Terceiro setor**: um estudo comparativo entre Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**. São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf>>. Acesso em: 14/11/2013.

Fé e Alegria. Movimento de Educação Popular Integral. **Projeto Arte, cultura e humanização**. Fé e Alegria/Brasil, 201-. Disponível em: <<http://www.fealegria.org.br/>>. Acesso em: 12/12/2013.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRETTI, Celso João. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. **Abong Panorama das Associadas. São Paulo**, mar. de 2010. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 10/04/ 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil**. Anped: 2008. Disponível em: <[http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/gemdec/art\\_gloria.html](http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/gemdec/art_gloria.html)>. Acesso em: 15/12/2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos do associativismo no Terceiro Setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

Clube das Mães Mariana. **Projeto Palco das Letras 2 – Educação com Arte**. Brasil/Maranhão, 201-. Disponível em: <<http://projetopalcodasletras.blogspot.com.br/>>. Acesso em 12/12/2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. Engels, F. **Sobre literatura e arte**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questões sociais: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PERONI, Vera; OLIVEIRA, Regina; FERNANDES, Maria Dilnéia. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PELAES, Maria Lúcia Wochler. **Uma reflexão sobre o conceito de criatividade e o ensino da arte no ambiente escolar**. Revista Educação, Vol. 5, Nº 1, 2010, p. 5-13.

PORCHER, Louis (Org.). **Educação artística: luxo ou necessidade?**. São Paulo: Summus, 1982.

READ, HERBERT. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1958.

\_\_\_\_\_. **O sentido da arte**: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura, e das bases dos julgamentos estéticos. São Paulo: Imbrasa, 1978.

Rede Globo. Criança Esperança. **Projeto Arte, cultura e humanização**. Fé e Alegria, Brasil, Bahia, 2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/projetos/2012/projeto-arte-cultura-e-humanizacao/>> Acesso em 12/12/2013.

Rede Globo. Criança Esperança. **Projeto Palco das Letras 2 – Educação com Arte**. Brasil/Clube das Mães Mariana, Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/projetos/2013/palco-das-letras-2-educacao-com-arte/>> Acesso em 12/12/2013.

Rede Globo. Criança Esperança. **Projetos**. Brasil, 2013. Disponível em: <[http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/projetos/?regiao=&area\\_de\\_atuacao=](http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/projetos/?regiao=&area_de_atuacao=)>. Acesso em: 12/12/2013.

TROJAN, Rose Meri. **A finalidade do ensino da arte**: o trabalho como fundamento da necessidade estética. Curitiba: UFPR, 2002. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,\\_Historia\\_e\\_Filosofia/Mesa\\_Redonda/10\\_26\\_57\\_m42-94.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_Historia_e_Filosofia/Mesa_Redonda/10_26_57_m42-94.pdf)>. Acesso em: 03/12/2013.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1992.

VYGOTSKY, Lev. **A imaginação e a Arte na infância**. Lisboa: Relógio D' Água, 2009.

YIN, R. K. Estudo de caso. **Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 3ªed., 2005.